

Laços, carisma e eventos: a construção da herança trabalhista no Rio Grande do Sul

Igor Gastal Grill

igorgrill@terra.com.br

Mestre e Doutor em Ciência Política pela UFRGS.

Professor de Ciência Política e Sociologia

(UNISC, UNIRITTER E FARGS).

Resumo

A pesquisa examina a dinâmica de constituição de um patrimônio político e as modalidades de sua transmissão e apropriação. As dimensões de estudo privilegiadas referem-se às alianças e às redes subjacentes à fixação de uma *genealogia simbólica*, o trabalhismo gaúcho, bem como às estratégias empregadas pelos agentes de valorização e de resgate da tradição política, de reprodução do capital político, de celebração de seus fundadores, de gestão da memória e de uso do “legado”.

Palavras-chave: memória, redes e genealogia simbólica.

Abstract

The present research examines the dynamics and development of a political heritage frame and the ways and means by which it is transmitted and assumed by agents. The study dimensions privileged encompass alliances and networks underlying the fixation of a symbolic genealogy, the trabalhismo gaúcho (political ideology related to the historical role, partisanship and achievements of the Labour Party of Rio Grande do Sul), and strategies employed by agents acting for the appreciation and recovery of political tradition of Rio Grande do Sul, the reproduction of political capital, the celebration of their founders, and the management of their memory and “legacy”.

Keywords: memory, networks, symbolic genealogy.

A atenção deste artigo recai sobre a valorização e a utilização política de uma *genealogia simbólica* (Abélès, 1992) pelo que se convencionou chamar no “meio político” de tradição trabalhista. O foco se centra

nos principais porta-vozes do trabalhismo no Estado, nas últimas décadas, as redes de relações que conseguiram administrar e os eventos dedicados à ativação do passado nas lutas presentes. Os resultados e o material apresentados a seguir constituem uma parte de um trabalho mais geral dedicado à construção de heranças e tradições na política gaúcha (Grill, 2003).

As razões pelas quais os agentes procuram sistematicamente acionar e recriar este patrimônio político estão ligadas a uma série de particularidades. Entre elas, o êxito de seus porta-vozes em associar os ícones desta tradição política (Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e João Goulart) à história política gaúcha, logo em consolidar uma genealogia que se consolidou enquanto idéias e enquanto marcos objetivos (datas, gerações, monumentos, eventos, memória, etc.) e dela retirar lucros simbólicos. Afora isto, é uma vertente cujo patrimônio é disputado por vários políticos de diversos partidos, o que gera uma dispersão de agentes e de narrativas em conflito nos diversos níveis de disputa política. Nestes diferentes partidos articulam-se laços de lealdades que permeiam distintas posições nas hierarquias partidárias e gerações de homens políticos e abrangem o conjunto do território sul-rio-grandense. Estas redes de relações interligam “famílias de políticos” com “origem trabalhista” cujos membros herdaram fidelidades e rivalidades e construíram alianças verticais e horizontais ao longo de seus itinerários.

Mediante o exame da disputa pela herança trabalhista no Rio Grande do Sul permite-se apresentar uma série de processos interligados. Possibilita-se expor o imbricamento entre a referência à linguagem familiar e as relações entre agentes políticos, as redes de grupos familiares interconectadas por alian-

ças verticais e horizontais no espaço político regional e a transmissão do patrimônio político familiar, incluindo recursos, bases eleitorais e cargos eletivos, assim como alinhamento partidário, faccional ou ideológico.

Mapeando a questão

Esses níveis de análise foram empregados por Marc Abélès (1992) para estudar como a referência familiar desempenha um papel importante nos processos de legitimação política. Abélès apreendeu as diferentes expressões desta mescla de registros, que aciona o universo público e o universo privado, em diferentes níveis de disputa política observadas na França. Assim, no plano local evidencia-se a importância da “transmissão em linha direta de um verdadeiro patrimônio político [isto é] a memória das posições políticas que ocuparam os diferentes ascendentes, mas igualmente um elemento ideológico distintivo que é possível transmitir pelo parentesco” (Abélès, 1992, p.82). No plano regional, o espaço político comporta e é estruturado por redes de parentescos interconectadas no qual “pode-se qualificar de elegível aquele que é assim filiado a uma rede política de parentes e aliados”, ou seja, possui “uma qualidade principalmente relacional” pela qual “a atração pelo viés da filiação e da aliança às redes políticas locais é um fator não negligenciável” (Abélès, 1992, p.87). Finalmente no plano nacional, as metáforas com a família e com o parentesco permeiam as disputas políticas no cume da hierarquia política e a “referência simbólica a um ascendente torna-se [igualmente] um fator não negligenciável de ascensão política” (Abélès, 1992, p.92).

Estas três modalidades de afirmação da lógica familiar no espaço político são os eixos de apresentação do espaço político neste artigo. Contudo, na dinâmica em pauta é possível atentar, por meio da *genealogia simbólica* construída a partir da crença no trabalhismo e da fixação de sentido que lhe atribuem um caráter de tradição política, para o amálgama entre as modalidades de construção de heranças (transmissão familiar de patrimônios políticos, inscrição em redes de famílias e usos de metáforas). Ademais, são indissociáveis nos variados níveis (municipal, regional ou estadual) de disputa na política gaúcha.

A noção mais pertinente para observar a maximização destes vínculos entre os agentes políticos atuantes em um contexto periférico é a de rede política, uma vez que ela remete aos empreendimentos políticos não necessariamente dotados de continuidade no sentido dado por Weber (1987) e é congruente com as concepções e práticas políticas

centradas no princípio da reciprocidade. O uso da noção de rede política visa apreender as teias de relações maximizadas por indivíduos (Landé, 1977; Mayer, 1977). Segundo Landé (1977), embora já se tenha caracterizado as redes como “ilimitadas”, “infinitas” e “eternas”, para serem estudadas, elas devem ser de tamanho manejável e limitadas no espaço e no tempo, o que se torna viável mediante o detalhamento das alianças verticais e horizontais, baseadas na reciprocidade, a partir de *estrelas de primeira grandeza* ou de *egos focais* que centralizam e unificam suas ramificações. Uma rede pode igualmente conter cadeias de líderes-seguidores nas quais se encontram entrelaçadas as estrelas de primeira grandeza, que são simultaneamente líderes (que possuem seguidores) e seguidores (estão ligados a um ego focal situado no topo da pirâmide). Mayer (1977) denominou de *quase-grupos* o conjunto finito de interconexões que se origina de um *ego*, diferenciando-os das redes como estruturas ilimitadas. Propõe, em síntese, o seu estudo a partir da configuração de intermediários, de ramificações e do conjunto de ação ou bases de interconexão.

O exame do trabalhismo no Rio Grande do Sul desvela ainda as lógicas, as tensões e as ambivalências das estratégias de apropriação do carisma do ascendente por parte dos candidatos a herdeiros. A ambigüidade entre o caráter extraordinário e efêmero do líder e o uso da sua imagem em nome de uma tradição política emerge em vários momentos históricos. Ademais, convivem e disputam agentes que se sustentam na combinação e triagem de diferentes princípios de legitimação desta sucessão.

Utilizando a tipologia de Max Weber (1987, p. 197-199), os agentes lançam mão da *tradicionalização*, da *legalização*, da *designação*, da *entronização*, da *sucessão hereditária* e da *objetivação em cargos e postos*. Em outras palavras, reivindicam o papel de sucessores reivindicando a posse de qualidades semelhantes ao ancestral e o reconhecimento disto por parte dos demais seguidores; a afirmação de técnicas de revelação que são aceitas e seguidas pelo séquito; a nomeação do líder; a indicação do quadro administrativo; a idéia de que o carisma é uma qualidade associada ao “sangue” e à “hereditariedade”; e a crença nas qualidades e na eficácia do posto assumido.

Do mesmo modo, a ascensão dos principais “ícones” do trabalhismo ao centro da política nacional e a repetição deste processo em várias gerações fixou um elemento de continuidade na tradição política. Recorrendo à caracterização de Geertz (1997), observa-se que a transcendência que os grandes líderes de

vários períodos desfrutaram pela raridade das posições alcançadas, pela exposição pública e pela proximidade com os centros da vida política, atualizou a disputa pela encarnação do “legado” e demarcou rituais de renovação das “imagens” dos líderes. O reconhecimento por parte dos seguidores da centralidade ocupada por seus líderes e os investimentos na apropriação deste *capital heróico* (Bourdieu 1989, p.191), que simboliza “feitos” políticos e militares em tempos de crise ou a ascensão política de descendentes de imigrantes com origens sociais baixas, contribuiu para a perenização dos vultos e para a reinvenção da “tradição”.

Outro viés de investigação, no que tange à transmissão do carisma que o trabalhismo no Rio Grande do Sul permite evidenciar, dirige-se aos efeitos das disputas e embates entre os protagonistas sobre a legitimidade de encarnar a “herança”. Como demonstrou Collovald (1999), as apresentações biográficas que visam entre outras coisas consagrar ou contestar o estatuto de herdeiro para determinados personagens, acabam reforçando a importância simbólica do patrimônio político dos ancestrais e imputando o papel de herdeiro mesmo àqueles sobre os quais pesam desconfiças e questionamentos. A sucessão do carisma é, então, resultante de trocas políticas cujos resultados e desfechos são imponderáveis, atuando para tanto “coações e oportunidades, itinerários possíveis e improváveis, ações e reações” (Collovald, 1999, p.276). Isto conduz à revisão da tese weberiana que se concentra sobre o reconhecimento dos profanos nas virtudes extraordinárias do líder e exige o tratamento da *identidade carismática* como resultante de um trabalho político de constituição e apropriação, assim como dos “usos profissionalizados do carisma que o fazem durar e perdurar para além das situações de crises das quais ele origina” (Collovald, 1999, p. 278).

Cabe ressaltar que a associação entre carisma e perenidade no caso do trabalhismo, não necessariamente levou à mera rotinização ou à perda do reconhecimento dos seguidores quanto à extraordinariedade dos líderes. Este é o argumento defendido por Sento Sé (1997) a respeito do “brizolismo” no Rio de Janeiro e parece ser adequado para o caso do trabalhismo no Rio Grande do Sul. Sento Sé define esta recriação do carisma como produto da *estetização da política*, pela qual ocorre uma congruência entre visões de mundo, construções discursivas e formas de enunciar, narrar e celebrar a história da própria coletividade.

Finalmente, os eventos de consagração do trabalhismo efetuados por protagonistas políticos encarregados e interessados na eternização da tradição

política são elementos de fixação de identidades e de explicitação de rivalidades e alinhamentos. As estratégias de ativação, apropriação e transmissão de valores, ícones e símbolos que conferem sentido à idéia de continuidade, constituem importantes veículos de formação de uma *comunidade afetiva* (Halbwachs, 1994), mas também do processo de disputas e negociações relativas ao uso da memória política (Pollak, 1989).

A partir da década de oitenta a celebração dos ícones da “tradição” é impulsionada, depois de duas décadas de regime militar. A emergência de uma conjuntura favorável com a abertura política e a reintegração dos principais quadros do trabalhismo na cena política configura a ocasião para parte desta memória situar-se novamente no espaço público inclusive como objeto de disputa. Uma série de atores e instituições se autorizou através de itinerários e recursos distintos para acionar esta memória.

Neste processo de invenção, recepção e apropriação da herança desempenha papel primordial a consagração dos heróis da tradição política. É pela proximidade e lealdade demonstradas que os candidatos a sucessores buscam justificar sua pretensão a tal posto e propagam, para tanto, sinais e imagens capazes de associá-los aos líderes que compõem as referências comuns. Como indica Coradini (1998, p.211-212), estão em jogo nessas disputas e homenagens, além de lutas políticas, “os princípios de aferição da excelência ‘humana’ e, portanto, de hierarquização social”. Os heróis celebrados encarnam os recursos sociais e culturais dominantes e extraordinários, os valores culturais passíveis de conferir um conteúdo de canonização e a busca de um sentido para a luta política, através do reconhecimento e identificação nas relações sociais e esquemas de classificação acionados.

Nesta dupla vinculação (ao líder heroicizado e aos critérios de seleção em pauta) age também o que Hélias (1979, p.747) denominou de troca simbólica que envolve as homenagens aos mortos. Instaura-se uma condição de credor para o morto e de devedor para os vivos. A homenagem, como sinal de gratidão, não é correlativa à dívida estabelecida e assim não encerra a reciprocidade exigida dos vivos em relação aos mortos. Com afirma Hélias: “A troca simbólica não contém nenhuma reciprocidade que possa ser dissolvida, já que se encontra desestabilizada entre um crédito que pode sempre se avolumar e uma dívida impagável dos devedores” (Hélias, 1979, p. 749). Isto ocorre devido ao fato de que a fonte da dívida reside na “vida dada” pelo morto (credor), e na necessidade dos

vivos cumprirem a sua missão (logo a dívida só deixa de existir com a morte destes últimos). Desta forma, a eficácia ideológica das homenagens se reflete na “valorização da morte guerreira”, o que incide na valorização dos personagens e nos modelos de condutas a serem seguidos pelos vivos.

Sendo assim, os eventos de homenagens aqui analisados adquirem o conteúdo de reafirmação da lealdade por meio do reconhecimento da dívida. Afora isto, é um momento de afirmação do “legado” externalizando a crença na herança como um patrimônio a ser gerido, o culto à memória comum como identidade coletiva e a renovação da filiação aos signos que atestam a continuidade.

Os atores engajados no culto à “tradição”, à herança, à memória, à filiação, etc. maximizam nas lutas políticas e eleitorais sua inscrição neste “legado”. Conforme Coradini: “dependem diretamente da eficácia de elaboração e difusão de imagens sociais e, assim, a própria imagem pode ser herdada por associação ou aproximação como heróis já consagrados” (1998, p.232). Porém, os usos não se resumem a esta associação ou aproximação propagadas, mas também pelas alianças horizontais e verticais que possibilitam no presente, e as dívidas de reciprocidade e lealdade que estabelecem para o futuro. Um conjunto de alinhamentos estratégicos é evidenciado e contribui para a redefinição da própria “tradição” e das condições de apropriação da herança. Nestas ocasiões utiliza-se a idéia de “tradição” como algo perene e imutável e efetivam-se laços instáveis e efêmeros.

Redes: líderes, vínculos e seguidores

Leonel Brizola logrou êxito em se constituir como o continuador da tradição política que iniciara com Getúlio Vargas e tivera prosseguimento com João Goulart. À vinculação pessoal e familiar que conquistou junto aos líderes da “linhagem”, somou a construção do carisma com base em uma biografia de ascensão social e realizações “heróicas”. Além disso, sua ligação pessoal com Getúlio Vargas e seu vínculo familiar (via aliança matrimonial) com João Goulart se mostram decisivos.

No final da década de setenta adotou a estratégia de reconstrução do PTB e a sua liderança no futuro partido se amparavam na biografia pessoal do líder e na idéia de continuidade do trabalhismo. Porém, após perder a sigla do PTB para Ivete Vargas (que possuía um laço de parentesco distante com Getúlio Vargas), fundou o Partido Democrático Trabalhista e teve como móbiles de identificação o esforço de mostrar que o partido era o elo possível com a “historia trabalhista”

nele mesmo encarnada.

Pedro Simon, por sua vez, logrou êxito como dissidente de Leonel Brizola no trabalhismo gaúcho. Para tanto, contou com a relação de parentesco por aliança com Siegfried Heuser (seu cunhado), a dissolução do PTB, a formação do MDB no Regime Militar e o potencial de mobilização e de continuidade com o trabalhismo que tornaram esta sigla um caso ímpar no país. Ungido como sucessor de Siegfried Heuser na presidência do MDB e na direção da “ala” majoritária no partido, Simon adquiriu destaque na política gaúcha.

No final da década de setenta entra em choque com Leonel Brizola, devido às divergências quanto ao destino partidário dos quadros identificados com o trabalhismo, culminando com a divisão entre o PMDB, de Pedro Simon, e o PDT, de Leonel Brizola. Pedro Simon se apoiaria no capital político acumulado durante o período de bipartidarismo.

A rede de “famílias de políticos” e quadros partidários que acompanharam Leonel Brizola na formação do PDT no Rio Grande do Sul é formada por lideranças do antigo PTB que nutriam lealdade e identificação em relação ao ex-governador e estabeleceram alinhamentos e afastamentos locais com outras lideranças durante o regime militar. O PDT se formou, então, majoritariamente por políticos com origem política no período pré-64 como: Alceu Collares (Porto Alegre), Getúlio Dias (Pelotas), Otávio Caruso da Rocha (Porto Alegre), Romildo Bolzan (Osório), Daniel Dipp (Passo Fundo), Beno Orlando Burmann (Ijuí), João Satte (Porto Alegre), Sereno Chaise (Porto Alegre), Amauri Muller (Ijuí), Mathias Nagelstein (Bagé), Eduardo Rolim (Santa Maria), entre outros. Na seqüência, emergiram algumas lideranças mais jovens e vinculadas a “famílias de militantes trabalhistas” e a algumas personalidades com inserção regional. Entre eles estão os principais dirigentes do partido nas últimas décadas como: João Luiz Vargas (filho de militantes trabalhistas em São Sepé e marido da atual prefeito deste município pelo PDT), Pompeu de Mattos (filho de agricultor assentado no processo de reforma agrária promovido por Brizola na década de sessenta e cabo eleitoral do PTB), Ciro Simoni (filho de uma vereadora em Osório e que ingressou na carreira política com o apoio de Romildo Bolzan), Vieira da Cunha (genro de Romildo Bolzan), Pedro Ruas (filho de um militante trabalhista e sobrinho de um ex-deputado federal pelo PTB e ex-vereadores pelo mesmo partido), Milton Zuanazzi (filho de um militante do PTB que chegou a ser secretário municipal em Bom Jesus), Emília Fernandes (filha de militantes trabalhistas na “fronteira-oeste”) entre outros.

Entre os primeiros, o desafio residiu em transmitir a opção partidária e o alinhamento com o líder e fundador do partido para as gerações seguintes. Em alguns casos, tal esforço foi bem sucedido como os de João Satte (seu filho foi vereador em Porto Alegre pelo PDT), Getúlio Dias (o filho foi vereador em Pelotas pelo PDT), Romildo Bolzan (seu filho foi vereador, vice-prefeito e prefeito de Osório pelo PDT), Orlando Burmann (seu filho é vereador em Ijuí e o sobrinho deputado estadual, ambos pelo PDT), entre outros. Ao mesmo tempo, as cisões pessoais, as rupturas políticas, a instabilidade nas alianças com outras siglas, o declínio eleitoral do PDT nas últimas eleições e o crescimento de outras agremiações, fragilizaram os elos que sedimentavam a rede de reciprocidade e contribuíram para contestações internas, afastamentos e desligamentos. A partir destes posicionamentos, os sucessores destas “famílias de políticos” passaram a contribuir para a reinvenção da “tradição” enquanto críticos internos ou dissidentes, considerando que praticamente na totalidade dos casos permaneceram acionando o passado de militância da “família”.

Já os últimos (oriundos de “famílias de trabalhadores” que ingressaram mais recentemente na política eletiva como João Luiz Vargas, Pompeu de Mattos, Ciro Simoni, Milton Zuanazzi, Emília Fernandes, etc.) integraram-se neste processo e passaram a participar de redes de lealdade no interior do partido e ascenderam politicamente, apoiando-se em bases eleitorais próprias. Além disso, estabeleceram alianças para cima e teceram vínculos na cúpula entre esta “nova geração trabalhista”, o que em muitos casos também significou realinhamentos internos ou a migração em bloco para outras siglas.

Entre as “famílias de trabalhadores” e lideranças que optaram pelo PMDB identificam-se três processos que atuam simultaneamente para esta adesão. Em primeiro lugar, a transmissão de rivalidades anteriores cultivadas pelos antepassados principalmente com Leonel Brizola, em segundo lugar a aproximação durante o regime militar com Pedro Simon no interior do MDB e, em terceiro lugar, a relevância dos alinhamentos locais e a manutenção de redes de seguidores já identificadas com o MDB.

Embora ocorram casos de grupos familiares originalmente ligados ao PTB e que permaneceram fiéis ao PMDB e à liderança de Pedro Simon como as “famílias” dos ex-deputados Carlos Giacomazzi e Darcílio Giacomazzi (filhos do ex-deputado pelo PTB Guido Giacomazzi), do suplente de deputado estadual Edson Brum (irmão do prefeito de Rio Pardo Edvilson Brum, filho do vereador e ex-vice-prefeito Vilson Brum

e neto do ex-vereador pelo PTB Nicolau Pessoa de Brum) e do deputado estadual Néelson Harter Filho (filho de dirigente e cabo eleitoral do PTB Néelson Harter) alguns quadros originalmente ligados ao PMDB migraram para outras siglas. No primeiro caso há a convergência entre os seguintes fatores para a aproximação com Pedro Simon e com o MDB (PMDB): a origem comum no PTB, a rivalidade dos antepassados em relação à liderança de Leonel Brizola e o estreitamento dos laços durante o período bipartidário (no qual Pedro Simon liderava o MDB). No segundo caso ocorrem alinhamentos e rivalidades locais que reconfiguraram facções políticas municipais ou lideranças políticas adquiriram destaque estadual e investiram na formação de redes estaduais próprias. Entre os que se enquadram na primeira modalidade de deslocamento encontram-se as “famílias” do ex-deputado estadual Gleno Scherer (filho de um ex-prefeito pelo PTB Alfredo Scherer e irmão do atual prefeito, Glaucio Scherer, e de um ex-vereador, Rogério Scherer) e do atual deputado estadual Kalil Sehbe (neto de deputado e filho de um importante cabo eleitoral do PTB, além de possuir um parentesco com Pedro Simon). Já entre os que podem ser situados sob a segunda modalidade de deslocamento estão o ex-deputado federal Paulo Mincarone (filho do ex-deputado estadual e federal Aquiles Mincarone) e seu filho Marcelo Mincarone, o atual ministro Tarso Genro (filho do ex-vereador e vice-prefeito de Santa Maria pelo PTB, Adelmo Genro) e o atual senador Sérgio Zambiasi e suas redes de apoiadores.

Uma das mais significativas migrações do PMDB em termos de reflexos na composição de forças na política gaúcha e de disputa pelo espólio trabalhista foi a liderada por Sérgio Zambiasi para o PTB. Embora não tenha ascendentes que tenham ocupado cargos eletivos, justifica sua aproximação com o trabalhismo através da origem familiar, como se observa na apresentação do seu perfil: “Filho de um militante trabalhista, Zambiasi conheceu com o pai os fundamentos da doutrina de Alberto Pasqualini e Getúlio Vargas” (cf. material de campanha). Além disso, declara-se admirador de Leonel Brizola e cultua a imagem e o “legado” de Getúlio Vargas, como manifesta o perfil publicado no Jornal Zero Hora: “Brizola é um dos seus ídolos. Zambiasi é da escola do velho trabalhismo (...). Na parede do gabinete há uma cópia da carta-testamento de Vargas, na estante uma estatueta do ex-presidente. As biografias de Vargas estão entre seus livros prediletos” (Zero Hora, 18/10/1998, p. 12). Sua inscrição na história da “família política” obedece aos padrões de legitimação encontrados em outros perfis, lançando

mão da origem familiar, da demonstração de lealdade e culto aos ícones, aos documentos e aos símbolos da *genealogia simbólica*.

Porém, sua afirmação política se deu a partir de um itinerário distinto. Seu prestígio eleitoral inicial não guarda ligações diretas com o trabalhismo e baseia-se fundamentalmente na sua atuação como radialista e nos programas de rádio centrados na filantropia. Comandando seu programa diário na rádio Farroupilha (uma das emissoras com maior audiência no estado e alcance em quase todo o território gaúcho), Zambiasi se elegeu deputado estadual em 1986 pelo PMDB com a expressiva votação. Durante seu primeiro mandato, respaldado por sua enorme votação, investiu na formação do Partido Trabalhista Brasileiro no Estado. O potencial eleitoral auxiliou no recrutamento de quadros políticos atraídos pelas chances de eleição em uma legenda que nascia por meio da iniciativa de um “puxador de votos”. Todavia, outros fatores contribuíram para a adesão de seguidores. Em primeiro lugar, a aliança com o deputado federal Paulo Mincarone que possuía uma vinculação familiar e pessoal com a sigla e uma rede de apoiadores conquistada através dos seus mandatos, como deputado federal. Em segundo lugar, a identificação que buscou estabelecer entre quadros políticos por meio da associação entre filantropia e radialismo, recrutando para a legenda lideranças ligadas a igrejas e atividade em rádios locais como forma de atendimentos. Em terceiro lugar, ao vincular-se ao PTB, foi capaz de promover uma série de adesões de lideranças ligadas por origem familiar à sigla. Entre estes estão: o próprio ex-deputado federal Paulo Mincarone e seu filho, o ex-deputado estadual Marcelo Mincarone; do ex-deputado Gleno Scherer, do seu irmão Glauco Scherer e do seu filho Alfredo Scherer Neto; da ex-deputada Terzinha Irigaray e recentemente do seu filho Carlos Chaise; e de seus colegas de bancada na Assembléia Legislativa na década de noventa Caio Riela e Iradir Pietroski. Paulo Mincarone e Gleno Scherer são filhos de importantes lideranças do antigo PTB em Bento Gonçalves e Venâncio Aires respectivamente. Iradir Pietroski e Caio Riela são filhos de vereadores pelo PTB no período que antecedeu ao golpe militar. A composição social e política da rede, os resultados eleitorais dos integrantes e a afirmação política de Sérgio Zambiasi configuraram um percurso ascendente que o transformaram em uma das estrelas da política gaúcha e acabaram credenciando-o a disputar o título de “herdeiro do trabalhismo”.

Eventos: “resgate do legado”, reinvenção da “tradição” e trocas simbólicas

O trabalho de enquadramento da memória quando é realizado por “homens políticos” envolvidos em disputas políticas e eleitorais, bem como na reconversão do “patrimônio” em bases de mobilização política, acentua as tensões presentes entre os quadros de referências, as justificações e os imperativos de credibilidade. Há a explicitação dos elementos de distinção interna às fronteiras políticas, das oposições e das rivalidades, do mesmo modo que das alianças e alinhamentos.

Este é o caso das cerimônias de homenagens a Getúlio Vargas realizadas todos os anos na data (24 de agosto) que marca o seu suicídio, assim como em outros eventos de celebração dos protagonistas políticos do trabalhismo. Nestas ocasiões reúnem-se ou revezam-se políticos de diferentes partidos com o intuito de reafirmar sua lealdade aos “ícones da tradição”, para sinalizar a incorporação ou a aceitação de novos quadros ou para sedimentar posicionamentos e alinhamentos.

O exame de matérias jornalísticas nos dois principais jornais de circulação estadual nas duas últimas décadas mostra a predominância da associação aos ascendentes míticos entre alguns protagonistas (principalmente Leonel Brizola e Pedro Simon) e seus seguidores e de algumas siglas (inicialmente PDT e PMDB, e também o PTB a partir do final da década de oitenta). Do mesmo modo, evidencia a importância simbólica da “carta-testamento” e do suicídio de Vargas para a atualização da crença na herança, ao lado de outros marcos localizados nas comemorações aos aniversários da campanha da legalidade e nas homenagens que utilizam datas alusivas a Alberto Pasqualini e João Goulart.

Em 1980, ocorreu a primeira das homenagens realizadas desde o retorno de Leonel Brizola ao Brasil. Neste ano, aconteceu também a primeira manifestação explícita da divisão entre sucessores e da disputa pela herança. Em horários diferentes, o PDT, liderado por Leonel Brizola, e o PMDB, comandado por Pedro Simon, estiveram presentes à praça da alfândega no centro de Porto Alegre para “prestar homenagem à memória do ex-presidente Vargas” (Correio do Povo, 25/08/1980, p.2). Afastados pelas opções partidárias tomadas e após terem estabelecido um longo duelo através dos meios de comunicação desde dezembro de 1979, demonstraram o primeiro movimento de “trégua” e de “solidariedade” quando se encontraram nes-

ta homenagem. A imprensa destacou o gesto de Leonel Brizola que, já tendo terminado a sua manifestação e pronto para se dirigir a São Borja, se aproximou da comitiva do PMDB que chegava e abraçou seu adversário. Para os repórteres, teria dado a seguinte explicação: “a vida pública tem esses aspectos de diversidade de opiniões, de posições, mas acima de tudo acho que temos que cultivar a fraternidade” (Correio do Povo, 25/08/1980, p.2).

Deste ano em diante, os dois partidos e seus líderes “prestaram homenagens” a Getúlio Vargas nesta data. A partir dos anos noventa, o PTB de Sérgio Zambiasi e alguns dos políticos a ele ligados, egressos do PDT e do PMDB, também passaram a dividir os espaços e a data de culto ao ex-presidente. O revezamento entre as siglas domina os relatos jornalísticos.

Ao longo destas três décadas, o personagem que mais se destacou nas cerimônias de homenagens foi Leonel Brizola. E invariavelmente seus pronunciamentos procuraram justificar alianças com outros partidos e posicionamentos do PDT. A divisão entre PDT e PMDB em 1982, a aliança com o PDS em 1986, a aproximação com o PT na década de noventa e a chamada “unidade trabalhista” com o PTB, foram alinhamentos relevados em diferentes momentos. Assim, em algumas ocasiões as reuniões entre siglas nesta homenagem refletiram os alinhamentos internos ao espectro de postulantes a “herdeiros do trabalhismo”, como a aproximação entre o PDT e o PTB nos últimos anos.

Estes rituais parecem ser momentos propícios para a justificativa de movimentos operados. Os esforços de Leonel Brizola e Sérgio Zambiasi em construir afinidades e aproximações retratam a centralidade do evento como demonstração de coesão em torno do passado e legitimam alianças presentes. Porém, explicita as disputa através de “resistências” e diferenciações de estilos de homenagens. Ao mesmo tempo em que estabelece o alargamento das fronteiras políticas, ocasiona cisões em lealdades consolidadas. A mesma aliança política serviu de estopim para uma dissidência no PDT liderada por Sereno Chaise e teve, naquele episódio, a manifestação das rupturas internas:

Da mesma forma, as alianças políticas se traduzem na presença de outras siglas, como o PCdoB, o PT e o PPS, com exceção do PDS que, apesar de ligado, não compareceu à homenagem realizada em 1986, em momentos de aproximação entre as legendas. Em 1992, a presença de partidários do PCdoB foi notada entre os dirigentes e militantes de partidos identificados com o trabalhismo pela cobertura jornalística.

Além disso, o discurso da representante do partido enaltecendo as qualidades do líder como “estadista” e “receptivo a causa dos trabalhadores” renovam a imagem propagada do mesmo e adicionam elementos de reconhecimento advindos de porta-vozes externos ao trabalhismo: “A comunista Jussara Cony (...), por exemplo, disse reconhecer Getúlio como estadista e como uma pessoa receptiva a causa dos trabalhadores” (Zero Hora, 25/08/1995, p. 20).

Em 1998, a coligação entre PDT e PT para a presidência da República e a presença de Leonel Brizola na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva possibilitou a presença de Tarso Genro entre os membros da manifestação e entre os oradores. Mais uma vez o poder de mobilização da imagem do líder se fortalece por meio do reconhecimento do aliado quanto ao papel de Getúlio Vargas como fundador do “projeto de um Brasil desenvolvido” e como “uma referência pedetista que o PT respeita” (Correio do Povo, 25/08/1998, p.3). Leonel Brizola também procura capitalizar a participação do líder petista, legitimando a aliança e extrapolando a manifestação individual como uma adesão partidária: “Sua presença não é só cortesia. Ela está autorizada pela maioria do PT” (Correio do Povo, 25/08/1998, p.3).

A recepção a estes aliados nem sempre é pacífica e homogênea como foi possível observar nas homenagens conjuntas entre PDT e PTB. Em 2002, Leonel Brizola articulou uma coligação nacional entre PDT, PTB e PPS, na qual coube ao PPS a candidatura de Ciro Gomes à presidência, e no Rio Grande do Sul, depois de muitas negociações e de uma candidatura própria “abortada”, o PDT acabou apoiando o candidato do PPS, Antonio Britto. Este havia sido combatido como governador do Estado principalmente pela privatização de empresas estatais encampadas no governo de Leonel Brizola e consideradas “símbolos do trabalhismo” no Estado.

Assim, Leonel Brizola participou das homenagens a Getúlio Vargas tendo como aliados momentâneos, Ciro Gomes e Antonio Britto. Seu pronunciamento foi classificado como “cuidadoso” pelo jornal Zero Hora devido ao fato de ter evitado “qualquer referência que vinculasse Britto ao trabalhismo” (Zero Hora, 25/08/2002, p.6). Contudo, isto não poupou o ato de protestos de militantes como publicado na mesma reportagem: “Quando Ciro depositava uma coroa de flores no jazigo, um rapaz com uma máquina fotográfica aproximou-se e gritou: É o enterro do trabalhismo (...)” (Zero Hora, 25/08/2002, p.6).

Este episódio e os demais corroboram a constatação de que as homenagens constituem simultaneamente uma demonstração de lealdade, gra-

tidão e reciprocidade com o líder e de apropriação do “legado”. Entre 1980 e 2002, Leonel Brizola delegou através da sua condição de “herdeiro de Getúlio Vargas e João Goulart” o capital simbólico associado ao trabalhismo para uma série de lideranças nacionais e estaduais. A década de oitenta e o início da década de noventa foi marcada pelo seu projeto de chegar à presidência da república e seus discursos nas solenidades de homenagens enfatizavam a continuidade de um projeto histórico interrompido com o golpe militar, bem como nomeava seus colaboradores locais como portadores do “legado”. Assim foi com Alceu Collares em 1982, Aldo Pinto em 1986, Alceu Collares novamente em 1990 e Sereno Chaise em 1994. A partir da segunda metade da década de noventa combinou a indicação de candidaturas nacionais e locais. Intitulou Lula como “herdeiro de Getúlio Vargas” (Correio do Povo, 25/08/1998, p.3), Antony Garotinho como “herdeiro do trabalhismo” (Zero Hora, 25/08/1999, p.12) e Ciro Gomes como “herdeiro de Getúlio” (Zero Hora, 25/08/2002, p.6) e paralelamente utilizou os rituais para apresentar seus candidatos ao governo do Estado e à prefeitura da capital.

No interior dos quadros que reivindicam a continuidade da “tradição” através do PDT, observa-se uma seleção entre as lideranças mais jovens pela proximidade com Leonel Brizola e designação feita por ele de sucessores na sigla. Entre os aliados, percebe-se compromisso e negociação. Se estes, ao estabelecerem alianças com Leonel Brizola, por um lado, maximizam a identificação por ele promovida com a “tradição trabalhista”, por outro, auxiliam com sua presença e de seus partidos para a perenização dos “ícones” e da “linhagem”, assim como através dos pronunciamentos reforçam imagens compartilhadas pelos adeptos do trabalhismo no Rio Grande do Sul. Um circuito de trocas se configura. Tal circuito possibilita a apropriação, por parte de “elementos externos” ao trabalhismo, do patrimônio simbólico gerido por Leonel Brizola. E, ao mesmo tempo, contribui para o reconhecimento deste último como portador legítimo desse patrimônio. Leonel Brizola atua, então, como um mediador que permite o uso da “tradição” e da sua importância simbólica, mas, ao mesmo tempo, recebe, na forma do reconhecimento prestado nas homenagens e na própria presença das personalidades, uma valorização externa aos seus seguidores.

A centralidade do papel de Leonel Brizola como “guardião”, mediador e intérprete do trabalhismo não excluiu, em todo o período, a convivência com outros porta-vozes. Se a condição de herdeiro nunca foi contestada, a presença constante e ininterrupta de Pedro

Simon e de seus seguidores no PMDB, e de Sérgio Zambiasi e quadros do PTB nas homenagens a Getúlio Vargas e a outros “vultos” do trabalhismo, demonstram a diversidade de sucessores da “tradição” em termos de lideranças e redes políticas.

Como se observa nestas estratégias de “resgate” dos “ícones e da tradição” ocorre um duplo movimento de atualização ou renovação do “patrimônio” e de afirmação de sucessores. Os intérpretes e porta-vozes da tradição política se fixam deste modo como mediadores entre o passado, o presente e o futuro. Executam igualmente uma ligação, interpretação e articulação entre as lógicas locais de disputa política e os códigos e ideologias que extrapolam esta dinâmica. Por fim, centralizam redes de seguidores apontando os novos “projetos de sociedade”, autorizando-se sobre seus recursos de vinculação aos ascendentes e à “linhagem”. Nesta composição de elementos afirmam seus trunfos pessoais e redefinem os conteúdos da tradição política. A perenidade de determinados símbolos e as múltiplas combinações que revestem a tradição política são produtos das estratégias e das leituras sucessivas e concorrentes destes mediadores entre períodos históricos, gerações, níveis de disputa e versões.

Referências bibliográficas

- ABÉLÈS, Marc. La reference familiale. In : PATRIAT, Claude & PARODI, Jean Luc (orgs.) **L'héritité en Politique**. Paris: Economica, 1992, pp. 81-100.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In; BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**, Lisboa, Difel, 1989, pp. 163-208.
- COLLOVALD, Annie. **Jacques Chirac et le gaullisme. Biographie d'un Héretier à Histoires**. Paris: Belin, 1999.
- CORADINI, Odaci Luiz. Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais. FELIX, Loiva Otero (org.). **Mitos & Heróis: Construção de imaginários**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998, pp. 219-240.
- GEERTZ, Cliford. Centros, Reis e Carisma. In: GEERTZ, Cliford. **O Saber Local**. Petropólis: Vozes, 1997, pp. 182-219.
- GRILL, Igor Gastal. **Parentesco, Redes e Partidos : as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre : Tese de Doutorado em Ciência Política, IFCH-UFRGS, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. **Les Cadres Sociaux de la Mémoire**. Paris: Albin Michel:1994.
- HÉLIAS, Yves. “Pour une sémiologie politique des monuments aux morts”. **Revue Française de Science Politique**, Paris, vol. 29, nº 4-5, p. 739-759, 1979.
- LANDÉ, Carl. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, Stafen, GUSTI, Laura, LANDÉ, Carl & SCOTT, James (orgs.). **Friends, Followers and Factions**. A Reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977, pp.XIII-XXXVII.

MAYER, Adrian. The Significance of Quase-group in the Study of Complex Societies. SCHMIDT, Stefen, GUASTI, Laura, LANDÉ, Carl & SCOTT, James (orgs.). **Friends, Followers and Factions**. A Reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977, pp. 43-54.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 2, nº3, p. 3-15, 1989.

SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo: Estetização da Política e Carisma**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

Fontes:

Jornal **Zero Hora** (1980-2002)

Jornal **Correio do Povo** (1980-2002)